

Governação PS: Uma síntese crítica.

2005-2009

Blog Portugal Responsável

<http://www.portugalresponsavel.wordpress.com>

Índice

| | |
|---|---------|
| Introdução | Pág. 3 |
| Tema 1 – Sustentabilidade Financeira do Estado | Pág. 4 |
| Tema 2 – Crescimento Económico e Competitividade Internacional | Pág. 6 |
| Tema 3 – Inovação e Desenvolvimento Científico | Pág. 8 |
| Bibliografia | Pág. 10 |

Introdução

Na altura em que escrevemos estas linhas a data das eleições aproxima-se a passos largos. O dia 27 de Setembro vai ser decisivo para o futuro de Portugal. Precisamos de um ciclo de desenvolvimento e crescimento económico que coloque o país no topo do mundo desenvolvido. Infelizmente, nada disto parece preocupar os intervenientes políticos cujo objectivo é adquirirem o poder a qualquer preço. O esclarecimento da população em geral face às principais questões e problemas do país é muito reduzido. Assim sendo, decidi compilar e comentar um conjunto de estatísticas e dados que nos ajudem a perceber os resultados governativos da última legislatura. A nossa análise vai-se centrar nas questões da economia e do aumento da competitividade, grandes bandeiras deste governo. Algumas questões não poderão ser abordadas devido à falta de tempo e dados credíveis. No entanto, espero que este documento possa contribuir para o esclarecimento da população em geral e da própria comunicação social.

Tema 1- Sustentabilidade Financeira do Estado

Uma das bandeiras mais apregoadas deste governo tem sido a consolidação das contas públicas. Esse facto é bastante discutível se analisarmos os vários dados que temos disponíveis. É verdade que o défice de 6,1% verificado em 2005 foi reduzido substancialmente, mas isso ocorreu devido ao aumento da receita e não da redução da despesa. Os dados da OCDE indicam que em 2005 o peso das receitas do estado no PIB era de **41.5%** passando para **43,2%** em 2008. Em 2010, segundo a OCDE, vamos ultrapassar a média da Zona Euro (**44,1%**), com um valor de **44,8%**. Apesar disso, o défice continua a aumentar. O défice sofreu uma redução até 2008, ano em que atingiu 2,6% do PIB. No entanto, se tivermos em conta as receitas extraordinárias, o défice de 2008 seria de 3,7%, bem acima dos 3% de limite definidos pelo PEC. Já em 2009 espera-se que o défice alcance valores entre os 6% e os 8%. Isto deve-se, por um lado ao aumento das despesas públicas para fazer face à crise, e, por outro, à redução das receitas fiscais. Segundo o último boletim de execução orçamental, a despesa do estado cresceu 5,4% e as receitas caíram 20.7% (10,1%, descontando o efeito de antecipação dos reembolsos). É preciso ter em conta que, apesar de a inflação estar em valores próximos do zero, as despesas correntes primárias subiram 6,2%. Não nos parece que estes dados indiquem que a consolidação orçamental esteja feita. Além disso, o endividamento do estado tem vindo a aumentar cada vez mais. Segundo a Direcção Geral do Tesouro, a dívida da Administração Central é de cerca de 115 mil milhões de euros no 1ºT 09. Os gastos com a dívida passaram de 1649 milhões de euros no 4ºT 08 para 2923 milhões de euros no 1ºT 09. Os dados da OCDE indicam que a dívida pública em 2008 correspondia a 71,3% do PIB, valor que pode chegar a 75% em 2010. Estes valores começam a ser insustentáveis, especialmente tendo em conta que os juros estão historicamente baixos. Com uma subida de juros iminente, para controlar a inflação, o risco de *default* da República Portuguesa irá aumentar significativamente.

Quadro 1 – Dívida Pública e Déficit Orçamental

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Dívida Pública | 54.1 | 56.0 | 58.7 | 60.2 | 63.0 | 68.2 | 69.8 | 69.1 | 71.3 |
| Déficit Orçamental | -3 | -4,3 | -2,9 | -3 | -3,4 | -6,1 | -3,9 | -2,7 | -2,6 |

Fonte: OCDE

Os dados deste gráfico demonstram que a dívida pública sofreu um aumento exponencial entre 2000 e 2008, crescendo mais do que o PIB. Quanto ao défice, entre 2005 e 2008 ocorreu uma consolidação orçamental por via do aumento das receitas e

da redução do ritmo do crescimento da despesa. No entanto, os resultados atingidos foram postos em causa aquando das medidas de combate à crise bem como do aumento de 2,9% à função pública. Estas factos irão contribuir para um défice significativamente maior em 2009 e 2010.

A estes dados, há ainda a acrescentar o impacto dos grandes projectos de obras públicas que poderão vir a sobrecarregar mais as contas do estado. Isto se o governo voltar a assumir garantias para o financiamento destes projectos bem como as indemnizações compensatórias pagas, caso as projecções de utilização não se confirmem. Tal facto irá introduzir uma maior rigidez orçamental, impedindo o governo de alocar estes recursos a outras áreas ou reduzir a despesa. Esta situação já se verifica com os encargos recorrentes das SCUTS e que sobrecarregam o Orçamento de Estado.

Deste modo, e fazendo uma análise destes números, podemos afirmar que Portugal continua a gastar mais do que pode, acumulando défices e dívida. Os factores mais preocupantes são o aumento do défice para 2009 e 2010, bem como o crescimento substancial da dívida pública. Esta encontra-se bastante exposta a variações das taxas de juro, que estão a níveis muito baixos e terão de ser aumentadas para combater a inflação. Espera-se, assim, um aumento muito significativo dos encargos com dívida e juros para 2010 e anos subsequentes.

Tema 2 – Crescimento Económico e Competitividade Internacional

Uma das propostas no programa eleitoral do PS de 2005 era colocar a nossa economia a crescer a cerca de 3% ao ano. Lamentavelmente, os resultados obtidos neste campo são desoladores. O PS excusa-se na crise económica internacional, mas o facto é que as reformas necessárias para colocar Portugal como um país competitivo não foram realizadas. Assim, não é de admirar que a presente década se tenha pautado por uma completa estagnação económica. No quadro seguinte, é apresentada uma comparação entre a taxa de crescimento do PIB de Portugal e da Zona Euro.

Quadro 2 – Crescimento do PIB de Portugal vs. Zona Euro

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Portugal | 3,9 | 2 | 0,8 | -0,8 | 1,5 | 0,9 | 1,4 | 1,9 |
| Zona Euro | 3,9 | 1,9 | 0,9 | 0,8 | 2,1 | 1,7 | 2,9 | 2,6 |

Fonte: OCDE

Os dados do quadro apresentado são bastante claros. Desde 2000 até 2007, Portugal só convergiu com a Zona Euro em 2001, e apenas por uma margem de 0,1%. Nos restantes anos, registámos sempre crescimentos mais baixos. Esta situação de estagnação é insustentável para o país. Os dados de 2008 e 2009 também não se afiguram animadores. Em 2008 crescemos 0%. Em 2009 a economia deve decrescer 4,5%. Para o período entre 2011 e 2017, a OCDE prevê uma taxa média de crescimento de 1,5%, face à média de 2,3% para a Zona Euro. Mais uma vez, as perspectivas económicas apontam para mais uma década de marasmo económico. Da parte do governo e dos partidos da oposição, não se vislumbra soluções para inverter este cenário “cinzento”.

Quadro 3 – Dívida Externa e respectivo peso no PIB

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|----------|------|------|------|------|------|------|
| Total | 270 | 311 | 302 | 382 | 484 | 485 |
| % do PIB | 138 | 154 | 139 | 166 | 200 | 197 |

Fonte: World Bank e OCDE – Cálculos efectuados pelo autor

Nota: Os valores do *Total* estão expressos em milhares de milhões de dólares

Os dados do gráfico da dívida externa também indicam que o seu peso tem vindo a subir substancialmente em proporção ao PIB. O país está cada vez mais endividado ao estrangeiro. Não podemos continuar a consumir produtos estrangeiros sem termos

capacidade para os financiar com os frutos das nossas exportações. Temos de exportar mais e importar menos. Só assim conseguiremos deixar de ser um país devedor, passando à condição de credor.

Perante estes dados tão sombrios resta-nos analisar a posição de Portugal nos índices internacionais de competitividade, de forma a determinarmos que medidas deverão ser tomadas para inverter este ciclo de empobrecimento da nossa economia. Para isso escolhemos o **Global Competitiveness Report** compilado pelo **World Economic Forum**. O GRC é um estudo bastante completo e que nos ajuda a perceber as principais debilidades da nossa economia. Debilidades essas que ainda não foram resolvidas, isso se tivermos em conta os resultados obtidos neste estudo. Em 2005, Portugal ocupava a 22ª posição. No ranking de 2007-2008, Portugal ocupava a 40ª posição. No ranking de 2008-2009, Portugal desceu para a 43ª posição. Continuamos, portanto, a perder competitividade no contexto internacional. Desta forma, torna-se complicado atrair investimentos de grande envergadura e que tragam valor acrescentado para a nossa economia. Isto não invalida, contudo, que Portugal esteja integrado no grupo dos países cujo estágio de desenvolvimento é o mais elevado.

Mesmo assim, segundo o relatório, os cinco factores mais problemáticos quando se fazem negócios em Portugal são:

- Lei laboral demasiado restritiva;
- Burocracia governamental ineficiente;
- Leis fiscais;
- Força de trabalho pouco qualificada;
- Instabilidade política.

Estando já sobejamente identificadas e conhecidas as razões pelas quais muitos investidores não investem em Portugal, resta saber o porquê de ainda não terem sido empreendidas reformas profundas conducentes a alterar a situação. É preciso investir na simplificação legislativa com leis e regulamentos fáceis de aplicar e mais eficientes. Além disso, também será importante, como nota o estudo, prosseguirmos com políticas de qualificação da nossa mão-de-obra como potenciadoras do aumento de produtividade. Sem a resolução deste problema será difícil para Portugal conseguir atingir um nível sustentável de crescimento económico.

Tema 3 – Inovação e Desenvolvimento Científico

Outra das grandes bandeiras deste governo tem sido o Plano Tecnológico. Muito se tem apregoadado acerca dos benefícios que este programa trouxe a Portugal, mas a verdade é que os estudos internacionais desmentem esta abordagem.

Um estudo bastante interessante e credível é o **E-readiness**, compilado pela **The Economist Intelligence Unit** e o **Institute for Business Value**. O estudo centra-se na capacidade que os países têm em utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (ICT, em inglês) para potenciarem o desenvolvimento das suas economias. Trata-se de um estudo com uma metodologia sólida e que recorre a indicadores das mais variadas organizações internacionais. Nesse sentido, parece-nos o mais adequado para verificar e comprovar a “suposta” evolução de Portugal.

Os dados do estudo são claros: em 2006 Portugal ocupava a 26ª posição, em 2007 ocupava a 27ª posição, descendo para 28º lugar no último estudo disponível, referente ao ano de 2009.

As informações contidas neste estudo contrariam claramente os resultados divulgados pelo governo. Se é um facto que as dotações públicas para I&D tiveram um grande aumento, a verdade é que isso não ocorreu no sector privado, normalmente considerado o motor do desenvolvimento tecnológico e científico. É de louvar, no entanto, o aumento do número de investigadores pela população activa. Resta esperar se daí vão advir resultados significativos.

Também os resultados obtidos no **Networked Readiness Index** são desapontantes. No estudo de 2007-2008, Portugal ocupava a 28ª posição. No estudo de 2008-2009, desceu duas posições, ocupando agora a 30ª posição. Mais uma vez, os resultados não estão em linha com as expectativas que foram criadas pelo governo aquando do lançamento do Plano Tecnológico.

De qualquer forma, falta-nos ainda analisar os dados referentes à propriedade intelectual disponibilizados pela **WIPO**, World Intellectual Property Organization. Estes dados encontram-se presentes no **World Patent Report – A Statistical Review, 2008**. Para termos um termo de comparação, escolhemos dois países, Espanha e a República da Coreia. Espanha porque é o nosso país vizinho e partilhamos muitas semelhanças com ele, a República da Coreia visto que é um dos países mais inovadores e avançados tecnologicamente no mundo.

No campo das patentes por um milhão de pessoas, Portugal apresenta um valor de 17.38, Espanha evidencia um valor de 71.44 e a República da Coreia patenteia um valor de 2591.51. As diferenças são impressionantes, mesmo quando somos comparados com um país como Espanha que não tem um grande desenvolvimento científico. Já agora, avançamos também com os outros dados que também pensamos serem relevantes para percebermos a fraca produtividade do nosso investimento em I&D. No que respeita a patentes por um bilião de dólares de PIB, Portugal apresenta um valor de 1.00, Espanha regista 3.08 e a República da Coreia exhibe 121.56. Uma vez mais as diferenças são abissais. Por Último, no que concerne às patente por cada milhão de dólares investido em I&D, Portugal apresenta o valor de 0.13, Espanha evidencia 0.31 e a República da Coreia regista 5.60. Estes valores demonstram a clara falta de produtividade da ciência portuguesa quando comparada com o resto do mundo.

Assim, no que a este tema diz respeito, pensamos que as conclusões a tirar é que os efeitos do Plano Tecnológico têm sido negligenciáveis, para não dizer inexistentes. É urgente promover uma política de verdadeiro investimento em Ciência e Tecnologia.

Quadro 4 – Inovação em Portugal segundo o **Global Competitiveness Report**

| | | |
|--|-----------|---|
| Innovation and sophistication factors SubIndex | 43 | |
| Business sophistication | 48 | |
| A. Networks and supporting industries | 59 | |
| 11.01 Local supplier quantity | 54 | D |
| 11.02 Local supplier quality | 50 | D |
| 11.03 State of cluster development | 68 | D |
| B. Sophistication of firms' operations and strategy | 39 | |
| 11.04 Nature of competitive advantage | 55 | D |
| 11.05 Value chain breadth | 32 | A |
| 11.06 Control of international distribution | 54 | D |
| 11.07 Production process sophistication | 37 | A |
| 11.08 Extent of marketing | 36 | A |
| 11.09 Willingness to delegate authority | 43 | D |
| Innovation | 35 | |
| 12.01 Capacity for innovation | 32 | A |
| 12.02 Quality of scientific research institutions | 33 | A |
| 12.03 Company spending on R&D | 53 | D |
| 12.04 University-industry research collaboration | 42 | A |
| 12.05 Gov't procurement of advanced tech products | 31 | A |
| 12.06 Availability of scientists and engineers | 48 | D |
| 12.07 Utility patents* | 42 | A |

Fonte: World Competitiveness Report 2008-2009

Bibliografia

Banco Mundial, Joint External Debt Hub, disponível em <http://www.jedh.org/>

Banco de Portugal, Estatísticas, disponível em http://bportugal.pt/stats/stats_p.htm

Direcção Geral do Tesouro, Boletins Informativos Síntese da Execução Orçamental, disponível em <http://www.dgo.pt/Boletim/index.htm>

Economist Intelligence Unit, E-readiness rankings, disponível através de subscrição

Fórum Económico Mundial, Edições do World Competitiveness Report, disponível em [http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global Competitiveness Report/index.htm](http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm)

Fórum Económico Mundial, Edições do Global Information Technology Report, disponível em [http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global Information Technology Report/index.htm](http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Information%20Technology%20Report/index.htm)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Stat Extracts, disponível em <http://stats.oecd.org/Index.aspx>

Organização Internacional de Propriedade Intelectual, World Patent Report – A Statistical Review, 2008, disponível em http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/wipo_pub_931.html